

Processo nº 32/PP/2018-G

Requerente: (...)

Relatora: Dra. Isabel Malheiro de Almeida

Parecer

Por comunicação escrita dirigida ao Senhor Bastonário em (...) de 2018, o Senhor Dr. (...), Advogado, veio expor o seguinte:

1.- Representa dois arguidos que se encontram reclusos no Estabelecimento Prisional (...).

2.- Numa visita ao EP (...) em (...) de 2018, acompanhado por uma Colega de escritório, aquando da fiscalização, o Senhor Guarda Prisional remexeu pormenorizadamente a pasta do Senhor Advogado e especialmente a carteira da Colega, tendo inclusive o Senhor Guarda Prisional aberto o porta-moedas que se encontrava dentro da carteira da Senhora Advogada e folheado os processos que ambos traziam consigo.

3.- No dia (...) de 2018, pela parte da manhã, o Senhor Advogado deslocou-se novamente ao EP (...), com vista a proceder à visita dos mesmos dois reclusos que havia ido visitar anteriormente e aquando do controlo da sua pasta, o Sr. Guarda (...) ia utilizar o mesmo método, ou seja, ia começar a abrir a pasta, mexendo e remexendo, no que lhe aprouvesse, tendo o Senhor Advogado manifestado a sua oposição, referindo que o controlo da pasta era efectuado por exibição do seu interior, pelo que, abria a pasta (e os compartimentos necessários) e não o Sr. Guarda, que só tinha a missão de visualizar o respectivo interior.

4.- Perante tal facto, o Sr. Guarda (...) chamou o Sr. Chefe dos Guardas (...) que, após ouvir o Senhor Advogado explicou que este era o método utilizado na verificação do interior das pastas de todos os Advogados e que no seu entendimento, a visualização era feita daquele modo, utilizando as mãos, mexendo e remexendo no interior do objecto sujeito àquela diligência.

5.- Não concordando com a interpretação, o Senhor Advogado recusou a visualização da pasta daquele modo, tendo-lhe sido recusada a entrada com a pasta, não tendo efectuado a visita aos reclusos que se vislumbra fundamental acompanhada de documentos por estar em curso um prazo de recurso.

6.- Entende o Senhor Advogado que, o método utilizado pelo EP (...) não passa de uma forma, mais ou menos camuflada, de efectuar uma verdadeira revista, o que não pode ser tolerado, tendo em consideração a dignidade da profissão.

7.- Que o conteúdo das pastas tem de ser verificado, mas o Legislador, bem sabendo do segredo que os Advogados são portadores, limitou expressamente esse controlo, obrigando que o mesmo seja feito “visualmente” e por “exibição” do interior da pasta ou da mala, em conformidade com as disposições conjugadas dos arts. 61.º, n.º 2, da Lei 115/2009 (Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade), e do 104.º, n.º 7, do Decreto-Lei 51/2011 (Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais).

8.- Que quis o legislador, com esta consagração legal, na S/opinião, afastar, precisamente, a admissibilidade de revista aos Advogados, pois se pretendesse que houvesse uma revista, tê-lo-ia dito expressamente. Ou, de outro modo, o emprego dos vocábulos por “exibição” e “visualizar” aponta num só sentido: o controlo do interior das malas é feito com sentido da visão e não com o tacto.

9.- Conclui considerando tal revista pelo EP (...) ilegal.

Cumpre-nos dizer:

Como bem refere o Exm.º Colega que solicita o parecer, as visitas dos Advogados aos Estabelecimentos Prisionais, encontram-se reguladas pelo art.º 61.º da Lei 115/2009, de 12 de Outubro, que aprovou o Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

E, o n.º 2 do referido art.º 61.º, preceitua que,

“O controlo dos visitantes realiza -se através de equipamentos de detecção e por exibição do interior da pasta ou objecto similar de que se façam acompanhar.”

Referindo o n.º 4 do mesmo preceito legal que,

“Durante a visita apenas pode ser trocada com o recluso documentação necessária ao tratamento de assuntos jurídicos a ele respeitantes, não podendo o seu conteúdo ser controlado.”

Por sua vez, o 104.º, do Decreto-Lei 51/2011, de 11 de Abril, que aprovou o Regulamento dos Estabelecimentos Prisionais, preceitua que:

“1 - O advogado deve comprovar a sua identidade através da exibição da respectiva cédula profissional, que não pode, em caso algum, ser retida.

2 - O recluso pode ser visitado por advogado estrangeiro, observados os requisitos exigidos pelo Estatuto da Ordem dos Advogados para o exercício da advocacia em Portugal.

3 - A comunicação com o advogado depende de pedido ou consentimento do recluso ou detido, que, em caso de recusa, o declara por escrito.

4 - São sempre registados os elementos identificativos do advogado, o nome do recluso ou detido e o dia e a hora da comunicação.

5 - É feito controlo de detecção de metais através de passagem no pórtico ou de detector manual.

6 - No caso de ser sinalizado algum metal, é solicitado ao advogado que verifique a origem do sinal, até que seja identificada.

7 - A verificação do conteúdo da pasta ou objecto similar transportado pelo advogado é efectuada através de aparelho adequado ou, na sua falta, visualmente, não podendo em caso algum proceder-se à leitura dos documentos que contém.

8 - Os documentos transportados pelo advogado não podem, em caso algum, ser objecto de controlo sobre o seu conteúdo.

9 - Durante a comunicação, o advogado pode entregar ao recluso e receber deste escritos e documentos para resolução de assuntos de natureza jurídica respeitantes ao recluso, não podendo ser feito qualquer controlo sobre o seu conteúdo.”

Da análise dos referidos preceitos, e como bem referido pelo Exm.º Colega, dúvidas não restam de que, no acesso aos Estabelecimentos Prisionais pelos Advogados, na revista de pastas, a verificação das mesmas ou de quaisquer outros volumes transportados pelos Senhores Advogados para o seu interior só é permitida visualmente e em caso de dúvida, deverá o guarda prisional solicitar a cooperação do visado, evitando a atitude de mexer no interior do objecto em causa.

Ao agir como age, o Estabelecimento Prisional (...) para além de violar os supra referidos preceitos legais, impede plenamente o Advogado do exercício da sua profissão, já que os direitos, liberdades e garantias reconhecidas ao advogado quando no exercício da sua actividade profissional não são privilégios pessoais, mas antes imunidades necessárias ao exercício do mandato, constitucionalmente consagradas no art.º 208.º da CRP.

CONCLUSÕES:

1.- As visitas dos Advogados aos Estabelecimentos Prisionais, encontram-se reguladas pelo art.º 61.º da Lei 115/2009, de 12 de Outubro, que aprovou o Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

2.- O n.º 2 do referido art.º 61.º, preceitua que, o controlo dos visitantes realiza-se através de equipamentos de detecção e por exibição do interior da pasta ou objecto similar de que se façam acompanhar.

3.- Por sua vez, o 104.º, do Decreto-Lei 51/2011, de 11 de Abril, que aprovou o Regulamento dos Estabelecimentos Prisionais, preceitua no seu n.º 7 que, a verificação do conteúdo da pasta ou objecto similar transportado pelo advogado é efectuada através de aparelho adequado ou, na sua falta, visualmente, não podendo em caso algum proceder-se à leitura dos documentos que contém.

4.- No acesso aos Estabelecimentos Prisionais pelos Advogados, na revista de pastas, a verificação das mesmas ou de quaisquer outros volumes transportados pelos Senhores Advogados para o seu interior só é permitida visualmente e em caso de

dúvida, deverá o guarda prisional solicitar a cooperação do visado, evitando a atitude mexer no interior do objecto em causa.

5.- Ao agir como age, o Estabelecimento Prisional (...) para além de violar os supra referidos preceitos legais, impede plenamente o Advogado do exercício da sua profissão, já que os direitos, liberdades e garantias reconhecidas ao advogado quando no exercício da sua actividade profissional não são privilégios pessoais, mas antes imunidades necessárias ao exercício do mandato, constitucionalmente consagradas no art.º 208.º da CRP.

Proponho seja dado conhecimento imediato ao Senhor Director-Geral da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

É este, s.m.o., o meu parecer.

A Relatora, Isabel Malheiro de Almeida

Parecer aprovado em sessão do Conselho Geral da Ordem dos Advogados de 19 de Outubro de 2018.